

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COPPE/UFRJ, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2005.

Presentes

Membros da Diretoria

Angela Uller, Fernando Alves Rochinha, Marilita Braga.

Representantes Docentes

Roberto Bartholo, Antonio McDowel de Figueiredo, Marcelo Neves, José Farias, Romildo Toledo.

Representantes dos Programas

Aquilino Senra Martinez, Luiz Pereira Calôba, Guilherme Horta Travassos, Ronaldo Balassiano, Luis Marcelo Marques Tavares, Susana Vinzon, Ney Roitman, Antonio Fernando Catelli Infantosi, Alberto Gabbay Canen, Manuel Ernani de Carvalho Cruz.

Representantes dos Funcionários Técnicos/Administrativos

Denise da Silva de Sousa, Hélcio Gonçalves, Sérgio Ayala, Maysa Chaves, Eduardo Nazareth, Júlio d'Assunção, Izolinda Clemente, Luiz Almeida, Manuel Babucar.

Ausências Justificadas

Amaranto Lopes Pereira, Luiz Fernando Legey, Flávio Antunes

Ata de dia 05 de abril – alterações com relação ao informe do prof. Gabbay sobre Eleições para representantes junto ao Conselho Deliberativo.

Ata de 19 de abril – correções nos nomes do Hélcio Gonçalves e Sérgio Ayala

Ata de 03 de maio – aprovada sem alterações.

EXPEDIENTE

Academia Brasileira de Ciências

Prof. Calôba – comunicou que o prof. Nelson Ebecken, do Programa de Engenharia Civil, foi eleito membro da Academia Brasileira de Ciências, na área de Ciências da Engenharia. É uma honra para a Instituição. Propôs voto de louvor ao prof. Ebecken, com entrega de certificado.

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

Profa. Angela – informou que a cerimônia de posse será realizada no dia 08 de junho, no Clube de Engenharia.

Prof. Bartholo – perguntou aos membros do CD se acolheriam a proposta do prof. Calôba. A entrega será formalizada na próxima reunião do CD em 05 de julho. Aprovado por unanimidade.

CT-INFRA

Prof. Infantosi – perguntou se houve algum pronunciamento da Diretoria sobre o documento que deveria ser elaborado para a PR-2 com relação às questões mencionadas/levantadas em reuniões anteriores, no qual colocava a insatisfação na condução do processo CT-INFRA.

Prof. Rochinha – disse que a Diretoria irá se pronunciar após a visita do prof. José Luiz.

Centro de Tecnologia

Prof. Infantosi – comentou que na reunião passada levantou a questão sobre a resposta da Decania com relação a situação lastimável do bloco H. Quer saber se a Decania respondeu e quais são as medidas que serão tomadas por parte da Diretoria, à carta enviada a Decania, já que não houve pronunciamento algum do Sr. Decano.

Profa. Angela – disse que foi cobrado do Reitor uma posição a respeito do problema do elevador do bloco H. Houve manifestações de surpresa da Vice-reitora.

Profa. Marilita – disse que a Vice-reitoria entrou em contato e informou que o problema com relação a contratação da empresa. Há um impasse sobre uma restrição do Governo. A Diretoria Administrativa está sempre em contato com a Vice-reitoria, inclusive oferecendo recursos para colaborar com o conserto do elevador e buscando entendimentos para resolver os problemas por outro lado, pois o setor de contratos da Reitoria está parcialmente bloqueado.

Prof. Infantosi – observou que não está querendo se ater a um ponto específico. Sua surpresa é que até o momento a Decania não

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

tenha respondido a carta enviada pelo CD. O documento foi muito bem pensado, colocado de forma adequada. Preocupa-se, sobremaneira, que o Decano não tenha se manifestado de maneira oficial. Nesse aspecto seria aconselhável, ao tomar conhecimento disso, encaminhar nova correspondência, solicitando resposta a essa carta, com cópia ao Reitor.

Prof. Aquilino – observou que a história se mostra sempre a mesma: nós fazemos um esforço enorme e não há retorno por parte das outras autoridades. Duas sugestões foram propostas: ir todos ao Decano em comitiva ou ir ao Reitor, também em comitiva. Sugeriu que se convide o Decano para vir a esse Conselho prestar esclarecimentos.

Prof. Infantosi – sugere encaminhar outra carta, com cópia para o Reitor, e convidar para ao CD. Aprovado por unanimidade.

Sugestão feita pela Sra. Jaciara Roberta Barbosa Pereira: “Já foi colocada a idéia sobre uma rampa de dois estágios? Uma rampa construída de acesso aos corredores frontais (blocos), sendo do 1o. ao 2o. e do 2o. ao 3o. Quanto a estética não poderia ser argumentado pois quando o prof. Carlos Russo fechou os acessos frontais entre os blocos, o fez sem consulta prévia. Acredito que uma rampa externa sairia muito antes da liberação desses contratos por parte do governo/licitações, etc. Isso foi citado? Mesmo sendo um pé direito alto a rampa poderia ser em dois ou três lances cada, sendo que a área a ser usada seria externa”

Entrega dos Certificados de Voto de Louvor

Prof. Calôba – elogiou a funcionária que confeccionou o certificado, Sra. Angela Jaconiani, do Setor de Publicações da COPPE.

Foram entregues, pelo prof. Roberto Bartholo, Presidente desse Conselho, os certificados de “Voto de Louvor”, aos professores Edson Watanabe, Liu Hsu e Sandoval Carneiro Jr., pelo recebimento da Comenda do Mérito Científico do Governo Brasileiro. O certificado do prof. Sandoval foi recebido pelo prof. Marcello Campos, em virtude da viagem do prof. Sandoval à Brasília.

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

ORDEM DO DIA

I. Informe sobre a discussão em curso no CONSUNI sobre a situação das Fundações na Reforma Universitária

Prof. Bartholo – comentou que está em curso, em instâncias decisórias, a questão da Reforma Universitária, onde está inserida a questão das Fundações de Apoio. Convidou a profa. Angela e o prof. Levi (representante do CT junto ao CONSUNI), para que fizessem um breve relato sobre o documento distribuído aos membros do CD.

Profa. Angela – achou importante falar sobre legislação pertinente a esse assunto: há um decreto, uma lei interministerial entre MEC e MCT, sobre as relações de apoio das Funções e as Universidades. Mas essa lei precisa ser regulamentada. Foi com base nesse decreto que a Reitoria começou a discutir o documento em questão.

Ano passado, por força desse decreto, começaram as discussões, demorou um pouco por causa da reforma universitária, onde estaria sendo discutido o descredenciamento das Fundações. Houve uma série de negociações onde, finalmente foi elaborado esse documento.

Prof. Levi – o que precipitou essa discussão foi um decreto que definiu prazos para credenciamento que passava pelo CONSUNI. A Reitoria preparou uma proposta para regulamentar essa relação, entre a Universidade e as Fundações. Atendendo ao que foi definido no tal decreto, foi colocada uma taxa de recolhimento em cima da arrecadação das Fundações. Isso foi desacelerado, por conta da Reforma Universitária e, na sua terceira revisão, voltou a ser de interesse da comunidade. Não há uma definição de calendário, mas parece que ocorrerá em breve.

Com relação a linhas de ação para conduzir essa discussão no CONSUNI, o prazo parece que será bem apertado.

Disse que tem interagido muito com a Diretoria da COPPE, promovendo várias discussões, trazendo novidades que mais afetam a permanência e a estabilidade das relações entre Universidades e Fundações:

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

1o) há um cronograma de credenciamento e recredenciamento nos fóruns Universitários, que podem produzir certa instabilidade, da qual não nos interessa;

2o) a questão concreta é a taxa adicional que vai ter que ser incorporada aos custos dos serviços prestados pelas fundações, na ordem de 5%; há espaço para negociação desse percentual, para que seja administrado pela própria Unidade de referência e parece que tenderá ser a linha mais provável de definição dessa taxa;

3o.) na Reforma Universitária, que contempla as Fundações de Apoio, será imposto a participação de representantes das fundações junto ao CONSUNI.

4o.) o recredenciamento, com a aprovação das contas devidamente auditadas, não chega ser um problema, mas é uma nova exigência.

Havia o temor de uma tendência a extinção pura e simples das Fundações Universitárias, que ao prever a autonomia plena das Universidades colocava em cheque a necessidade em manter essas Fundações, com movimentação de recursos, etc. Esse temor já foi esvaziado. A COPPETEC é um modelo, representando a sua forma dinâmica, que deve ser incorporado como proposta de Fundações.

Profa. Angela – chamou a atenção para os parágrafos 2 e 3 e sobre o o credenciamento e registro, que pode trazer mudanças no Estatuto da Fundação COPPETEC.

Prof. Aquilino - chamou atenção que na ultima versão da reforma – modifica a lei que rege as Fundações, que deveriam ter 1/3 da sua representação. Esse assunto ainda está em discussão.

Prof. Figueiredo – comentou que quando a Fundação COPPETEC foi criada a Curadoria do Estado resistiu um pouco e foi extremamente sensível, para que não tivesse que contornar a legislação, com relação a indicação de membros pela COPPE. Esse modelo foi adotado e o mecanismo naquela ocasião conseguiu ser aprovado.

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

Prof. Angela – voltando a falar do documento, no Capítulo III, Convênio e Controle Finalístico, foi onde se deu a maior parte da negociação. Houve valores propostos de 5% sobre toda e qualquer receita. Foi colocado para a Reitoria que não era possível cobrar sobre tudo e qualquer receita, pelo fato de que não se pode cobrar taxa de administração sobre projetos.

Com relação ao Artigo 19, pediu ao prof. Aloísio Teixeira, que esse percentual seja variável, de Fundação para Fundação, talvez limitado a 5%.

Fez menção ao Parágrafo 4 (Artigo 19) e Artigo 21 – foi levada uma proposta com outra redação: que não entraria nessa data os convênios que já estivessem em andamento e das propostas que estivessem na rua.

Prof. Aquilino – acredita que a proposta feita pela Diretoria, sobre a ordenação das despesas, ela pode ser levada ao CONSUNI.

Comentou que a Universidade pode ser taxada, mas tem que ter um principio universal. Que é obrigação de qualquer docente dessa Universidade só prestar serviço através de uma Fundação homologada pelo CONSUNI. Estabelecer formalmente essa norma. Nós, como docentes da COPPE, temos que entender que essa é uma taxa para essa Universidade. Pede ao Levi para levar e explicitar nossas preocupações ao CONSUNI.

Profa. Angela – comentou que é importante que qualquer relação deva ser de caráter institucional e não privado. Todos devem fazer uma reflexão mais profunda sobre todo o processo da Reforma Universitária.

Prof. Bartholo – chamou a atenção de todos que esse assunto é apenas um informe e não um debate. Esse é um exemplo de tema para a nova Comissão. Agradeceu ao prof. Levi e a profa. Ângela.

Prof. Nassi – sugeriu aos membros do CD que acessem a página do MEC e verifiquem na íntegra a discussão sobre a Reforma Universitária.

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

Prof. Figueiredo – sugeriu fazer cronograma de atividades.

Prof. Bartholo – disse que a nova Comissão ficará encarregada de documentar todo o processo.

Prof. Levi – observou que o ponto levantado pelo prof. Aquilino é de fundamental importância. Defenderá facilmente, pois é uma questão de princípio muito forte.

II. Homologações

Homologada a composição da Banca Examinadora para avaliar o Relatório de Progressão Horizontal do Prof. Claudio Esperança do Programa de Engenharia de Sistemas e Computação. Categorias: Adjunto II para Adjunto III e de Adjunto III para Adjunto IV.

Membro Interno

Prof. Cláudio Thomas Bornstein – COPPE/UFRJ

Membro Externo

Prof. Ruy Milidíu – PUC/RJ

Membro da CAD

Prof. Amit Bhaya – COPPE/UFRJ

Homologada a composição da Banca Examinadora para avaliar o Relatório de Progressão Horizontal do Prof. Max Suell Dutra do Programa de Engenharia Mecânica. Categoria: Adjunto III para Adjunto IV.

Membro Interno

Prof. Fernando Pereira Duda – COPPE/UFRJ

Membro Externo

Prof. Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco - CEFET/RJ

Membro da CAD

Prof. Nelson Francisco Favilla Ebecken – COPPE/UFRJ

Homologada a composição da Banca Examinadora para avaliar o Relatório de Progressão Horizontal da Profa. Maria Aparecida Cavalcanti Netto do Programa de Engenharia Oceânica. Categoria: Adjunto III para Adjunto IV.

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

Membro Interno

Prof. Sérgio Hamilto Sphaier – COPPE/UFRJ

Membro Externo

Prof. Nélio Domingues Pizzolato – PUC/RJ

Membro da CAD

Prof. Enrique Luis Lima – COPPE/UFRJ

Homologada a composição da Banca Examinadora para avaliar o Relatório de Estágio Probatório do Prof. Marcelo Amorim Savi do Programa de Engenharia Mecânica

Membro Interno

Prof. Fernando Alves Rochinha – COPPE/UFRJ

Membro Externo

Prof. Pdro Manuel Calas Lopes Pacheco - CEFET/RJ

Membro da CAD

Prof. Nelson Francisco Favilla Ebecken – COPPE/UFRJ

Homologada a composição da Banca Examinadora para avaliar o Relatório de Estágio Probatório do Prof. Albino José Kalab Leiróz do Programa de Engenharia Mecânica

Membro Interno

Prof. Fernando Alves Rochinha – COPPE/UFRJ

Membro Externo

Prof. Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco - CEFET/RJ

Membro da CAD

Prof. Nelson Francisco Favilla Ebecken – COPPE/UFRJ

Homologada a composição da Banca Examinadora para avaliar o Relatório de Estágio Probatório do Prof. Alexandre Pinto Alves da Silva do Programa de Engenharia Elétrica

Membro Interno

Prof. Djalma Mosqueira Falcão – COPPE/UFRJ

Membro Externo

Prof. Milton Brown do Couto Filho - UFF

Membro da CAD

Prof. Nelson Francisco Favilla Ebecken – COPPE/UFRJ

Em votação: votos a favor: 17; votos contra: 00; abstenções: 00.

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

III. Política de Pessoal Técnico/Administrativo

Prof. Bartholo – pediu para que a Sra. Denise Dantas fizesse um breve relato sobre a questão da política de pessoal.

Sra. Denise – lembrou que o documento foi distribuído e discutido em dezembro de 2004.

No seu breve histórico, comentou que em 14 de setembro de 2004 foi constituída uma Comissão para que pudesse ser feita a interação entre os dois departamentos de recursos humanos – Fundação e COPPE – propondo uma política de pessoal única. Falou amplamente sobre os itens apresentados no documento. Demonstrou sua preocupação com as pessoas que não têm o conhecimento sobre o que é Força de Trabalho.

Profa. Angela – elogiou o trabalho da Comissão, pois não é um trabalho fácil de ser realizado. Esse trabalho não deve ter um fim em si, mas deve atingir a política maior da Instituição. É uma excelente oportunidade para discutir alguns assuntos, como por exemplo:

- Força de Trabalho – observa que a força de trabalho está muito focada em pessoas, caso a caso, leva o nome de uma pessoa. Ser muito personalista é muito complicado. Elaborar um trabalho maior, que seria focado em cargos e funções, não baseados em pessoas. Analisar quais cargos e funções da Instituição;

- mobilidade de pessoal – é um problema enorme em termos de ADC e Programas com menos recursos. É difícil resolver e é injusto que Programas com mais recursos possam dar esse tipo de benefício, criando/gerando insatisfação, apesar de ser legítimo o funcionário querer melhorar. A mobilidade deve ser uma política Institucional e não um ato próprio do indivíduo ou Coordenador. O assunto já foi levado ao Conselho de Coordenação;

- plano de cargos e salários – execução de um determinado projeto é temporária e requer algumas vezes competência; deve ter

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

parâmetros salariais que deveriam balizar a distribuição para a distribuição do Fundo de Bonificação.

- avaliação – não se daria com intuito de punição, mas verificar a capacitação global.

Seria feita uma abordagem a carreira do pesquisador; retornar a CAT e CAAD, que é um instrumento de prestígio da carreira; são tópicos que devem ser analisados com cuidado e dar importância o que se quer assinalar, importante para discussão.

Sra. Denise – disse que o que falta é uma política real de administração e de um espaço que não está sendo ocupado. Falou sobre as angústias, sobre questões de mobilidade, capacitação, remuneração, avaliação de desempenho. É necessário discutir no conjunto, que todas as pessoas participem e que todas se sintam responsáveis.

Sr. Eduardo – elogiou o trabalho da Comissão – observou que é teimosia sábia levar adiante essa discussão. Falou sobre o passado da CAT. Comentou que a Instituição evoluiu em vários aspectos, menos nesse, houve uma involução. Falou sobre a proximidade dos técnicos com os docentes que tinham a oportunidade de envolvimento em seus projetos, tinham uma carreira, que tinham regras gerais que auxiliavam na sua carreira, usando os mesmos paradigmas das avaliações dos docentes. A CAT, quando foi extinta, já tinha a carreira de pesquisador, que era o A. Nessa época já existia o processo de contratação e demissão, assim como indicava determinadas ações importantes para a Instituição, com a finalidade de nivelamento e algumas questões de caráter mais geral poderiam ser analisadas pela CAT. Havia também o processo de “congelamento”, para aqueles que recebiam a mais. O que era desagradável de ser tratado. Ninguém quer ser controlado, mas sim reconhecido.*

Houve um momento em que a CAT foi acusada de separatista, onde aconteceu, então, a perda desse processo.

Todas as questões eram colocadas como necessárias, como política de pressão. Já tiveram uma experiência efetiva, que tratou até de curva salarial e curva de carreira. Havia uma lógica sofisticada que a

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

peessoa respeitava a carreira, além dessas questões de remanejamento, de alocação, demissões, etc. Foi criada, então, a COPPETEC para ter mais flexibilização.

A questão da flexibilidade mínima, que era a carreira de pesquisador, que já começava importunar, que esbarravam em determinadas fronteiras que era a carreira docente, ficou confusa, mas deu tranqüilidade de não sermos mais acusado de separatistas.

Prof. Ney – observou que a CAT acabou por causa do encerramento do FINEPÃO. Não acha impossível ativar a CAT. Houve uma discussão no Programa de Eng. Civil, onde foi colocado a necessidade de definição dos direitos e deveres da Força de Trabalho. Concorda com quase todos os itens colocado no documento. Apenas chamou atenção para o item 1.5.2 , com o termo “deverá ser”, que é muito forte. Sugere substituir para “desejável”, no caso.

Solicitou a Presidência do CD, uma vez defendida a Força de Trabalho, que tem reflexo nas eleições, rediscutir os pesos das categorias nas eleições para Diretor da COPPE.

Sra. Denise – observou que os deveres são sabidos e conhecidos tanto pelos funcionários estatutários, quanto pelos funcionários celetistas, quando contratados para tal. Os direitos, infelizmente, não conhecemos.

Profa. Angela – comentou que os direitos fundamentais são de todos funcionários públicos, mas há sutilezas que devem estar explicitadas. Respondendo ao Sr. Eduardo, comentou que a COPPETEC não ficou mais livre com o fechamento da CAT. A COPPETEC só faz o que a COPPE quer.

Prof. Infantosi – disse as palavras do Sr. Eduardo resgatou coisas importantes. Retornar efetivamente avaliação dos técnicos/administrativos, também faz parte do processo de carreira junto a UFRJ. O término da CAT foi ruim pois, associado a isso estava atrelado o Fundo COPPETEC que, só através de um processo de avaliação podemos estabelecer a distribuição desses recursos. Concordou com a prof. Angela, com estabelecimento de funções dentro da Instituição.

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

Sra. Denise da Silva – acredita que com o resgate das Comissões CAT e CAAD trará uma situação mais confortável e justa para os funcionários, criando uma verdadeira política de pessoal, principalmente quando da necessidade de sua formação, capacitação, atualização, buscando o aperfeiçoamento para exercer melhor suas funções. Falou da dificuldade dos funcionários quando da solicitação de auxílio financeiro para esse fim.

Prof. Romildo – comentou que sente a preocupação dos técnicos na sua carreira, na qual precisam ser valorizados. É necessário encontrar uma maneira na qual o técnico perceba o seu acompanhamento/evolução. O fato dos técnicos não terem visão de avanço em sua carreira. Criar a figura do pesquisador mais claro, com capacitação e treinamento.

Prof. Bartholo – comentou que parece que o X da questão é a necessidade de novo arranjo institucional, que envolve o reconhecimento do trabalho dos técnicos/administrativos, pois muita coisa mudou e muitas coisas estão mudando. Vamos intervir, definir e arranjar espaço para elaborar as necessidades passo a passo. O foco atual está nos laboratórios. É importante termos um arranjo institucional adequado para ocorrer uma fragmentação. Esse documento é um marco importante.

Prof. Romildo – disse que devemos diferenciar muito bem o conceito de laboratório, pois requer equipamentos, pessoal, pesquisas fundamentadas. Colocar um aglomerado de pessoas numa sala não caracteriza um laboratório.

Prof. Bartholo – observou que está ciente disso.

Prof. Bartholo – observou que para que esse processo de discussão seja incorporado como tema para a Comissão de Planejamento e Orçamento, para que ela possa se debruçar e trabalhar de modo mais profundo, deve-se formalizar e acolher a incorporação do documento como subsídio para novos arranjos institucionais.

Em votação:

Votos favoráveis – 20

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Profa. Marilita – perguntou se as questões apresentadas pela profa. Angela também serão encaminhadas para essa Comissão. Prof. Bartholo respondeu afirmativamente.

Sra Denise Dantas – agradeceu a todos e se sente satisfeita em verificar que essa discussão será levada a diante.

IV. Visita do Prof. José Luiz

Prof. Bartholo – agradeceu a presença do prof. José Luiz e pediu para comentar brevemente o processo de avaliação dos projetos CT-Infra.

Prof. José Luiz – comentou que os resultados foram bastante auspiciosos, dentro dos critérios adotados, apesar do corte financeiro ter sido bastante violento. A UFRJ só recebeu 6 milhões.

Nesse momento, o prof. Bartholo passou a palavra para os membros do CD, que gostariam de se manifestar sobre o assunto.

Prof. Calôba – falou sobre o Edital CT-Infra, tendo entendido, como um número razoável de colegas seus, que a chamada de projetos que integrariam o mesmo seria processada como uma espécie de “edital interno” da UFRJ, e que neste caso teria sido mais conveniente que a “comissão julgadora” houvesse sido externa a mesma.

Prof. José Luiz – esclareceu que não havia este caráter “edital interno”.

Prof. Calôba – declarou ainda não compreender nem concordar com a interrupção abrupta pela UFRJ das bolsas de IC que vinham sendo orientadas por professores oficialmente aposentados, mas ainda ativos em pesquisa. Esta interrupção provocou sérios prejuízos em algumas pesquisas em andamento, inclusive na cooperação internacional entre a UFRJ e o CERN, de um modo geral está levando ao desperdício uma

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

experiência valiosa que vinha sendo transmitida pelos pesquisadores seniores da Instituição. Disse saber que esta decisão não foi tomada pela Reitoria, mas sim pelos Conselhos Superiores e a revelia do CNPq, mas aproveitava a oportunidade para declarar ao Sr. Pró-reitor sua perplexidade com o fato.

Prof. Infantosi – agradeceu a visita do prof. José Luiz e fez questionamentos sobre o procedimento adotado pela Comissão, que se continuasse daquela forma, conforme comentários dos profs. Massuda e Waler Zin, teriam enorme dificuldade na avaliação dos projetos, onde haveria o corte drástico nos 26 milhões.

Questionou, também, a forma na qual tomou conhecimento dos resultados finais do julgamento dos projetos. Apenas tomamos conhecimento no CONSUNI. Colocou se vale a pena os Programas envolvidos num próximo edital se submeter, despender horas, quando o procedimento está quase estabelecido e as chances são nulas? Por que? Quais foram os critérios estabelecidos por essa Comissão?

Crê que na carta datada de 28/12/2004 está dito que a proposta deveria ser no campo de ensino e pesquisa da Universidade. Foi entendido que os Programas estavam adequados a apresentar uma proposta desse nível. Aonde se encontrava a restrição por parte da Comissão? Não recebeu resposta alguma sobre essa restrição. Quais são os reais motivos que levaram a Comissão a cortar esses projetos? Não se sente em condições, num próximo Edital, em participar de um outro projeto se as condições forem as mesmas. A Reitoria deve deixar claro todos os procedimentos e criar uma comissão externa.

Prof. José Luiz – destacou um aspecto importante: a Comissão era de Assessoramento do Reitor, não caberia membros externos, pois era para uma formulação de projetos institucionais. Melhor comissão interna. Esse tipo de procedimento seria aplicado a outro tipo de edital. Comissão deve ser no âmbito da UFRJ, enquanto processo interno, sendo estabelecido pelos nossos pares. Na FINEP, é claro, uma comissão externa foi formada para avaliar.

Coube ao gerenciador do processo tomar cuidado para que nenhum desvio tenha ocorrido. O trabalho da Comissão é sério é bom.

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

É uma discussão complicada, pois qualquer escolha que tenha sido feita deixa insatisfeito algum coordenador que não tenha sido contemplado. Lembrou que foi uma época bastante desfavorável e o calendário da FINEP foi bem exíguo. Talvez tenha tido um mal entendido mas não houve 11 projetos e sim 5. Todos os projetos de excelente qualidade. Comissão não deu publicidade, pois não cabia dar nenhuma divulgação por se tratar de uma Comissão de Assessoramento e não tinha autonomia para tal. Coube ao CONSUNI divulgar o resultado final.

Prof. Infantosi – comentou que não queria uma divulgação pública e sim um comunicado sobre as regras que estavam sendo estabelecidas. A ação como ela se deu, irá conduzir a alguns Programas não participarem desse tipo de edital.

Prof. Angela – disse que reconhece que a Comissão de Assessoramento teve uma atitude isenta. Mas seria desejável uma política melhor elaborada, com a participação de membros externos, uma Comissão mais abrangente que reúna interesses de áreas mais próximas. Em conversa com o prof. Gattas, reclamou do corte que a Comissão da FINEP procedeu. Sugeriu criar/formar uma Comissão plurisetorial para melhor avaliar os diversos projetos, de várias áreas.

Prof. Aquilino – agradeceu a presença do prof. José Luiz. Comentou que entende que tem que ser uma comissão da Universidade. Mas a composição está um tanto quanto assimétrica. Foi motivo de debate. Havia um processo de competição. O ponto mais importante, pela possível não participação futura, é a possibilidade de aperfeiçoar esse procedimento. Estimular uma competição e não algo mais direcionado.

Prof. Figueiredo – comentou que de fato é um projeto institucional, com a posição institucional da Reitoria, que tem seus direitos e suas obrigações. Não são medidas estabelecidas dentro de sua competência e sim o que o Reitor vê como projetos institucionais, sua visão estratégica. Melhoraria o processo se o Reitor enunciasse a visão estratégica da Reitoria. Não haveria qualquer tipo de crítica ao processo. Não houve crítica a lisura do processo e sim a falta de

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

divulgação.

Prof. Calôba – comentou que se o Reitor diz que quer fazer dessa maneira, diga que vai fazer isso desde o início. A idéia de subprojeto dá idéia de julgamento.

Prof. Rochinha - lamentou o fato de que o período para a chamada do Edital tenha sido no início do ano, tendo conseqüências muito negativas, por se tratar de período de férias. A ação da Reitoria foi pró-ativa, com o objetivo de unir Unidades. Mas, pela falta de tradição e pelo período, houve erros nos procedimentos. Não depõe contra a lisura da Comissão, mas ela se mostrou extremamente restrita sobre as áreas de conhecimento. Houve um erro na concepção da Comissão.

Outro equívoco foi justamente decorrente do próprio período, onde deveria ter um espaço de discussão junto ao CONSUNI, já que alguns projetos seriam alijados. A Reitoria deve ditar quais são as regras, mas para evitar descontentamentos, deveria promover uma discussão prévia.

Apesar desses pontos negativos, entende esse edital como ponte de inflexão. A meta não era prover infra-estrutura era tentar mostra para a UFRJ, destacar/elogia, como a gente pode construir uma Universidade diferente do que a gente tem. É importante não se lamentar sobre os erros e sim aprender e rever esse tipo de processo.

Prof. José Luiz – comentou que um aspecto a ressaltar é que esse Edital (Pro-Infra) tem gerado uma certa controvérsia. O objetivo do Edital: foi entendido que não seria para consertar telhados, castelos d'água. Vários setores entendem como bom e outros como ruins. Outras discussão: projeto de desenvolvimento institucional, que pela primeira vez será levado ao CONSUNI para discutir. Não temos essa cultura em termos de Instituição, as criticas são bem-vidas e serão levadas ao prof. Aloísio.

Com relação a divulgação, a Comissão não poderia divulgar os resultados antes do CONSUNI, pois seria uma ingerência indevida.

Prof. Bartholo – agradeceu a presença e a colaboração do prof.

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

José Luiz.

Prof. Bartholo – Propôs a inversão na pauta, pelo horário já bastante adiantado.

Em votação:

Votos a favor - 13

Votos contra – 00

Abstenções - 00

Aprovada a inversão de pauta.

Devido a reclamação do prof. Rubem Mondaini, o prof. Bartholo levou em consideração, e colocou em votação a questão de uma reunião extraordinária para tratar apenas do item “Discussão sobre Distribuição e Critérios de Vagas Docente”

Em votação:

Votos a favor – 00

Votos contra – 11

Abstenções – 02

Não se justifica reunião extraordinária.

V. Criação da Comissão de Planejamento e Desenvolvimento

Prof. Bartholo – indicou os seguintes professores para compor a Comissão:

Prof. Marcelo Neves

Prof. Antonio Figueiredo

Prof. Carlos Nassi

Buscou dialogar com os funcionários a indicação de um representante técnico/administrativo, compondo o quarto nome para a Comissão. Os funcionários técnicos/administrativos ainda não convergiram num entendimento mais consensual entre seus pares.

Sra. Denise Dantas – sugeriu incluir um professor com experiência na área de planejamento.

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

Prof. Bartholo – sugeriu convidar pessoas “ad-hoc” .

Profa. Angela – observou que em alguns temas essa Comissão poderia pedir sugestões à pessoas de diversas áreas. Desde já toda a Diretoria está à disposição.

Prof. Aquilino – segue sugestão da Sra. Denise Dantas em ampliar essa Comissão.

Sr. Júlio – sugeriu que fosse ampliada duas vagas para técnicos/administrativos.

Prof. Bartholo – disse que prefere que a Comissão não seja estendida, mas sim criar subcomissões. Ter pontualmente pessoas que trabalhem “ad-hoc”, ou constituir grupos de trabalhos ou subcomissões. Os temas serão levantados pelo CD e levados à Comissão para análise, mas todas as questões serão aprovadas no CD.

Prof. Marilta – sugeriu aprovar a Comissão dentro do panorama traçado, inicialmente com os três membros indicados, que faria um plano de trabalho e traria para discussão.

Prof. Batholo – acolheu a sugestão da profa. Marilta e que pode no futuro, com a devida justificativa, ampliar essa Comissão.

Em votação a indicação de 4 membros – 3 docentes e 1 técnico/administrativo.

Votos a favor – 16.

Votos contra – 01

Abstenções – 02

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar o prof. Bartholo, Presidente do Conselho Deliberativo, deu por encerrada a sessão às 13:30h.

*Prof. Roberto Bartholo
Presidente do Conselho Deliberativo*

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

*Denise Schwartz
Secretária do Conselho Deliberativo*

*Início: 9:00h
Término: 13:30h
Ata aprovada em 08/08/2005*